

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2019

O Plano de Atividades para 2019 define um conjunto de prioridades de intervenção compaginadas com as *Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (2015-2019)* e com as *Linhas de Ação* estabelecidas para o *Mandato Autárquico* em curso. Procura dar continuidade aos desafios que se colocam a esta Associação de Municípios, no plano internacional, nacional e local, enquadrados na visão para o futuro do Movimento Cidades Saudáveis da OMS (Consenso de Copenhaga, fevereiro de 2018) que se encontra alinhada com a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030 das Nações Unidas.

LINHAS DE AÇÃO

MANDATO 2017-2021

1.	Dar continuidade ao crescimento registado nos últimos anos através da adesão de novos municípios à RPMS.
2.	Realizar dois Fóruns, sobre temáticas a definir no quadro dos principais desafios da saúde pública e das prioridades de intervenção do Poder local.
3.	Realizar reuniões com os municípios da Madeira, Porto Santo e Açores.
4.	Desenvolver o processo de adesão à VII Fase da Rede das Redes Nacionais de Cidades Saudáveis da OMS.
5.	Apoiar a candidatura dos municípios à VII Fase da Rede Europeia de Cidades Saudáveis da OMS.
6.	Insistir no agendamento de reunião com o Ministério da Saúde sobre a RPMS.
7.	Colocar a RPMS nas agendas das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.
8.	Dar Continuidade ao Estudo “Roteiro Nacional para a Saúde”, em parceria com o IGOT, com as Comunidades Intermunicipais e Área Metropolitanas de Lisboa e Porto.
9.	Zelar pelo cumprimento dos objetivos definidos nas “Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis 2015 – 2019”.
10.	Promover a elaboração e desenvolvimento do III Plano de Formação com base nas necessidades sentidas e áreas prioritárias de intervenção.
11.	Reforçar o trabalho intermunicipal rentabilizando recursos.
12.	Estabelecer parcerias com universidades para apoio à elaboração dos Perfis e Planos de Desenvolvimento de Saúde, designadamente com o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.
13.	Dar continuidade à parceria com a Direção-Geral de Saúde.
14.	Procurar restabelecer a parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública.
15.	Consolidar o Mapa de Pessoal da Associação de Municípios Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS) e equilibrar os proveitos e custos da Rede.

Neste contexto, as prioridades de intervenção para 2019 distribuem-se por 4 eixos de intervenção, a saber:

1. Fortalecer o eixo das Parcerias

- A) Com organismos da área da Saúde, designadamente, Ministério da Saúde, Direção-Geral de Saúde, Administrações Regionais de Saúde, Fundação Serviço Nacional de Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública, Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, entre outros, reforçando o papel estratégico da Rede na implementação local das Estratégias do Plano Nacional de Saúde e da Saúde 2020.
- B) Com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e CIM das várias regiões do país.
- C) Com várias entidades a nível nacional como o Observatório das Autarquias Locais, Associação *Slow Movement* Portugal, Associação Alzheimer Portugal – potenciando objetivos comuns no quadro da promoção de hábitos de vida saudáveis – entre outras.
- D) Com a academia, em projetos de investigação, de promoção de estilos de vida saudáveis, de avaliação de impacto em saúde, de diagnóstico e planeamento.
- E) Com a plataforma de trabalho “Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS)”.
- F) Com a Organização Mundial de Saúde, no quadro da participação na VII Fase do Movimento Europeu de Cidades Saudáveis.

2. Reforçar o trabalho intermunicipal rentabilizando recursos e promovendo o crescimento consolidado desta Associação de Municípios

- A) Pugnar pelo reconhecimento da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis enquanto parceiro privilegiado do Ministério da Saúde e da Direção-Geral de Saúde para a promoção da saúde nos territórios e implementação de políticas públicas, bem como respetiva alocação de recursos.

- B) Reuniões descentralizadas do Grupo Técnico alargado seis vezes por ano.
- C) Realizar Jornadas Técnicas, que se consubstanciam em 2 sessões de trabalho temáticas.
- D) Zelar pela implementação do documento “Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis 2015-2019”, do documento “Declaração de Setúbal – Compromisso para 10 Metas e Desafios na Promoção da Saúde” e do documento “Declaração de Lagoa, Açores – Governação Local para a Saúde”.
- E) Alargar o número de associados implementando uma estratégia de divulgação da RPMS junto dos municípios Portugueses.

3. Promover e dinamizar projetos e iniciativas agregadores da intervenção em rede

- A) Estabelecer uma parceria com a Universidade de Coimbra – Grupo de Investigação em Geografia da Saúde, para elaboração de um Atlas da Saúde, que tem como objetivo caracterizar o estado da saúde e dos seus determinantes nos municípios da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. Pretende-se com este trabalho criar uma plataforma de conhecimento, com dados georreferenciados, atualizáveis ao longo dos anos e que constituam um suporte à elaboração do Perfil de Saúde Municipal e de Carta de Saúde Municipal.
- B) Ações de Comemoração do XXII Aniversário da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis.
- C) Continuar a participar no Grupo Técnico Consultivo para a Prevenção e Controlo do Tabagismo, dinamizado pela DGS.

- D) Continuar a participar no Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Plano Nacional de Saúde.
- E) Potenciar o Protocolo para a implementação do Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados.
- F) Prosseguir com o Acordo de Cooperação no quadro da Implementação do Projeto Cidades Saudáveis em Cabo Verde, subscrito pela Unidade de Apoio à Instalação de Cidades Saudáveis de Cabo Verde, pela Organização Mundial de Saúde Cabo Verde, pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge e pela Associação de Municípios Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. Este Acordo tem como objetivo geral impulsionar o desenvolvimento do Projeto Cidades Saudáveis em Cabo Verde, a partir de uma pilotagem da Cidade do Mindelo, a constituição e implementação da Associação de Municípios Rede Cabo-verdiana de Municípios Saudáveis, inspirada na boa prática da Associação de Municípios Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis e outras experiências internacionais relevantes, bem como o anteprojecto de Rede Lusófona de Municípios Saudáveis.
- G) Preparar a realização de um Encontro Ibérico de Municípios Saudáveis.

4. Continuar a investir nas Redes de Comunicação, Informação e na Formação

- A) Promover formação em áreas identificadas como prioritárias pelos municípios-membro.
- B) Elaborar a Revista “Notícias da Rede”, com periodicidade semestral, que poderá ser em formato digital ou em publicação.
- C) Elaborar proposta de *newsletter* digital para divulgação de atividades de promoção da saúde da Rede e dos seus associados (3 anuais).
- D) Monitorizar e atualizar o sítio da Internet.
- E) Elaborar e editar a Agenda de 2020 da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis.

- F) Traduzir, para Português, documentos da OMS, que se considerem fundamentais para o trabalho da Rede e para a divulgação do Projeto Cidades Saudáveis, em termos nacionais.

- G) Participar em seminários/encontros nacionais e internacionais fundamentais para o desenvolvimento da RPMS.

Seixal, 12 de outubro de 2018.